

A importância da gestão democrática participativa na execução do programa dinheiro direto na escola (PDDE)

The importance of participatory democratic management in the execution of the direct money in school program (PDDE)

La importancia de la gestión democrática participativa en la ejecución del programa dinero directo en la escuela (PDDE)

Recebido: 12/02/2022 | Revisado: 19/02/2022 | Aceito: 24/02/2022 | Publicado: 06/03/2022

Kathy Souza Xavier de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8631-3731>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: araujoksx@gmail.com

Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6943-0338>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: gracinhavieira@yahoo.com.br

Giselle Oliveira do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5552-1079>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: gigisanascimento@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é verificar a importância da gestão democrática participativa na identificação dos fatores determinantes nos processos de gestão do PDDE, a partir de uma revisão da literatura dos artigos publicados no período de 2000 a 2020. Utilizou-se uma metodologia de caráter exploratório, com abordagem qualitativa e estratégia bibliográfico-documental. Foram identificados 48 artigos publicados no período analisado. A análise dos artigos possibilitou identificar quatro fatores determinantes: Capacitação, Gestão Participativa, Controle Social e Gestão dos Recursos e Autonomia. Os resultados da análise são fundamentais na delimitação de políticas de monitoramento visando mitigar as dificuldades dos processos de gestão do PDDE. A gestão democrática e participativa é complexa, sobretudo em um programa de abrangência nacional, que envolve diferentes atores sociais, cuja atuação sobre a influência de vários fatores institucionais, econômicos, políticos, sociais e culturais. Os resultados do estudo podem auxiliar na realização de futuros estudos sobre cada um dos fatores determinantes identificados.

Palavras-chave: PDDE; Gestão escolar; Educação básica; Escola pública.

Abstract

The objective of this article is to verify the importance of participatory democratic management in the identification of determining factors in the management processes of the PDDE, based on a bibliographic review of articles published in the period from 2000 to 2020. An exploratory methodology was used, with a qualitative approach and bibliographic-documentary strategy. 48 articles published in the analyzed period were identified. The analysis of the articles allowed us to identify four determining factors: Training, Participatory Management, Social Control and Resource Management and Autonomy. The results of the analysis are fundamental in defining monitoring policies aimed at mitigating the difficulties of the PDDE management processes. Democratic and participatory management is complex, especially in a program of national scope, which involves different social actors, whose performance is influenced by various institutional, economic, political, social and cultural factors. The results of the study can help to conduct future studies on each of the determining factors identified.

Keywords: PDDE; School management; Basic education; Public school.

Resumen

El objetivo de este artículo es verificar la importancia de la gestión democrática participativa en la identificación de factores determinantes en los procesos de gestión del PDDE, a partir de una revisión bibliográfica de artículos publicados en el período de 2000 a 2020. Se utilizó una metodología exploratoria, con un enfoque cualitativo y estrategia bibliográfico-documental. Se identificaron 48 artículos publicados en el período analizado. El análisis de los artículos permitió identificar cuatro factores determinantes: Formación, Gestión Participativa, Control Social y

Gestión de Recursos y Autonomía. Los resultados del análisis son fundamentales en la delimitación de políticas de monitoreo tendientes a mitigar las dificultades de los procesos de gestión del PDDE. La gestión democrática y participativa es compleja, especialmente en un programa de alcance nacional, que involucra a diferentes actores sociales, cuyo desempeño está influenciado por diversos factores institucionales, económicos, políticos, sociales y culturales. Los resultados del estudio pueden ayudar a realizar estudios futuros sobre cada uno de los factores determinantes identificados.

Palabras clave: PDDE; Gestión escolar; Educación básica; Escuela pública.

1. Introdução

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 e tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar. O primeiro texto legal que surgiu para tratar do PDDE foi a Resolução do FNDE nº 12, de 10 de maio de 1995 (BRASIL, 1995), ainda sob a designação de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Com denominação alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pela Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, reafirmada pela Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001, que se justifica pela necessidade de adotar medidas racionalizadoras, menos burocráticas, de modo que os recursos cheguem com mais agilidade e diretamente às escolas, conforme Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 12, de 10 de maio de 1995 (Brasil, 1995).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um Programa Federal de transferência suplementar de recursos diretamente às instituições de ensino que ofertam a educação básica pública, visando contribuir com a melhoria da infraestrutura das escolas e seus processos pedagógicos. Em função da sua amplitude, o Programa pode ser considerado uma política universal (Mafassoli, 2015).

Ao lado de outros programas federais, a exemplo do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), dentre outros, o PDDE é considerado uma política significativa do governo federal, pois, além de promover a melhoria física e pedagógica das instituições de ensino, contribui, também, para o fortalecimento da gestão escolar, na medida em que favorece a participação da comunidade do entorno onde a escola se encontra, no processo de tomada de decisões, como reforça Peroni (2007), tanto no que se refere aos aspectos financeiros, quanto aos aspectos didático-pedagógicos.

O PDDE possui uma outra dimensão, também considerada de suma relevância para a educação pública: o PDDE ações integradas. A transferência de recursos, a gestão, a operacionalização, monitoramento e avaliação obedecem à mesma sistemática do PDDE. As ações integradas estão organizadas em três eixos, a saber: a) PDDE Integral; b) PDDE Estrutura e; c) PDDE Qualidade, com finalidades e públicos específicos. Os recursos canalizados por meio desses programas têm contribuído, sobremaneira, para a melhoria do ensino público, tendo em vista que dialogam com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e outros projetos de apoio ao ensino que as instituições escolares desenvolvem.

Os programas Mais Educação, Novo Mais Educação, Mais Cultura na Escola, Atleta na Escola, Escolas Sustentáveis, Escola Acessível, Escola do Campo, Água na Escola, são exemplos de programas com impactos positivos na melhoria da qualidade da educação e na manutenção da infraestrutura das escolas. Este artigo objetiva identificar os fatores determinantes nos processos de gestão do PDDE, a partir de uma revisão da literatura dos artigos publicados no período de 2000 a 2020.

O artigo contribuirá para o conhecimento na área de avaliação e gestão de políticas públicas de educação, envolvendo quatro dimensões: (a) avalia a produção científica do PDDE enquanto política pública; (b) discute as implicações da implementação do PDDE a partir da gestão escolar democrática; (c) apresenta implicações práticas para a formação dos atores

sociais envolvidos na implementação do PDDE nas escolas e; (d) estimula a realização de estudos futuros sobre avaliação de políticas públicas na área de educação.

Analisando as políticas públicas nacionais voltadas para a educação básica pública, nota-se uma evidente valorização sobre o PDDE e suas ações integradas, com fins de contribuir para a melhoria da infraestrutura das escolas e da parte pedagógica, além de fortalecer a gestão escolar e vice-versa, uma vez que oportuniza espaço para a participação da comunidade na tomada de decisão, tanto no que se refere aos aspectos financeiros, quanto aos aspectos didático-pedagógicos.

2. Metodologia

Este artigo propõe o seguinte problema de pesquisa: o que revela a literatura sobre a importância da gestão democrática participativa na execução do PDDE?

Para elucidar tal questionamento, foi realizada uma revisão da literatura sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, a partir de uma pesquisa nas bases do google acadêmico, no portal de periódicos Capes, no indexador Scielo e no Spell, com a finalidade de mapear artigos publicados no período de 2000 a 2020, onde a coleta de dados foi realizada no período de 15 a 25 de abril de 2021.

Em relação ao delineamento da proposta, o estudo é de abordagem qualitativa e de natureza exploratória, uma vez que os trabalhos sobre o PDDE e suas ações integradas ainda são escassos e o nível de conhecimento acumulado sobre o tema ainda é pequeno, mesmo considerando uma política pública em implantação há mais de 25 anos. Na perspectiva qualitativa de Minayo (2014) a pesquisa responde a questões muito particulares e se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. E de acordo com Triviños (1987), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema.

O método utilizado envolveu o levantamento bibliográfico e documental. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. Buscou-se um aprofundamento do objeto de pesquisa e de trabalhos desenvolvidos nesse âmbito, onde optou-se por fazer uma revisão sistemática, identificando os artigos e documentos e em seguida gerando um banco de dados. Segundo Castro e Clark (2001), a revisão sistemática da literatura responde a uma pergunta por meio de métodos para identificar, selecionar e fazer uma avaliação crítica, pesquisas relevantes, onde busca de forma sistemática e explícita a definição do problema a ser estudado. Continuando com Gil (2002, pp. 62-63), o mesmo diz que:

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Quanto a técnica de coleta, foi realizada a análise da literatura, e também de documentos institucionais publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da legislação relacionada ao programa desde a institucionalização do Programa em 1995, o que subsidiou a elaboração da primeira seção do referencial teórico. A análise de documentos e dos artigos encontrados no levantamento realizado, ao referir-se à coleta de dados, (Lüdke & André, 1986, p.39) afirmam que os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação, não sendo apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Na fase de planejamento da busca dos artigos científicos publicados, foram definidas as seguintes palavras-chave como descritores da busca: PDDE, educação participativa, Financiamento educacional, Gestão democrática, Gestão escolar, Programa dinheiro direto na escola. Também foram realizadas buscas com dois descritores, tais como PDDE e políticas públicas, PDDE e prestação de contas, PDDE e gestão democrática. Também utilizamos as seguintes opções avançadas: período de publicação (2000-2020); tipo de material: artigo; assunto (palavras-chave e palavras combinadas). Critério de inclusão: artigos completos. Critério de exclusão: resumos e citações.

No período analisado, foram identificados 47 artigos, sendo 13 no portal de periódicos CAPES e 34 no google acadêmico. Dos artigos científicos encontrados no google acadêmico, 3 deles também estavam no indexador Scielo e 2 estavam no SPELL. Do total de artigos analisados, 07 deles foram publicados em anais de eventos e os demais em revistas científicas das áreas de Educação, Administração e Ciências Contábeis, Políticas Públicas, Direito e Desenvolvimento e Meio Ambiente.

A próxima etapa da revisão da literatura envolveu a análise dos 48 artigos. Esse processo demandou a elaboração de uma planilha *Excel* com as seguintes informações: referência, tema do artigo, objetivo, tipo de artigo (teórico ou empírico), procedimentos metodológicos para os artigos empíricos, principais resultados, pontos positivos e negativos do PDDE, sugestões para melhoria do PDDE, outras observações. A elaboração da planilha foi fundamental para definir as categorias de análise dos trabalhos. E o processo de análise de dados seguiu o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2007), que envolveu as três etapas: pré-análise; exploração do material e o tratamento dos dados e; inferência e interpretação.

3. Fatores Determinantes nos Processos de Gestão do PDDE

Um dos pressupostos do PDDE envolve a descentralização e a autonomia na gestão dos recursos. A execução do programa demanda a formalização pelas escolas de UEx, que envolve vários segmentos (professores, profissionais, pais, alunos e gestores) (Silva & Santos, 2015). Peroni e Adrião (2007, p. 32) definem uma UEx como uma “entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar dos estabelecimentos públicos de ensino públicos beneficiários do PDDE”.

A formalização de uma Unidade Executora (UEx) faz parte de um conjunto de processos de gestão do PDDE, que auxiliam na descentralização dos recursos financeiros para apoiar a gestão das escolas, seja na aquisição de bens e materiais de consumo, como também a prestação de serviços que auxiliem a escola na implementação dos projetos pedagógicos e na melhoria da qualidade da educação básica. De acordo com Mota et al. (2021):

(...) apesar de algumas ressalvas, a escola vem vivenciando princípios da descentralização do poder, da participação e da autonomia. Para que a participação realmente aconteça de forma efetiva é necessário que a equipe diretiva seja formada por pessoas que tenham conhecimento prático e teórico possibilitando uma visão diferenciada com atitudes que norteiam os princípios da gestão democrática.

Definir processos de gestão para o PDDE é fundamental em função da amplitude da política pública e da necessidade de os órgãos federais de controle acompanharem a sua execução e, com isso, evitar eventuais problemas no uso dos recursos. Esse é um desafio do monitoramento de políticas públicas, sobretudo as que objetivam a participação social na gestão de recursos públicos.

Conhecer os processos de gestão e os seus indicadores pode auxiliar os agentes responsáveis pela aplicação dos recursos do PDDE de forma descentralizada, pois como afirmam Peroni e Adrião (2007, p. 52), “o Programa estimula a autonomia gerencial da própria dotação de recursos federais para a manutenção das escolas”. A análise dos trabalhos

publicados nos últimos 20 anos possibilitou identificar um conjunto de evidências sobre os processos de gestão e passaremos a discuti-las com o objetivo de identificar fatores determinantes nos processos de gestão do PDDE e em suas Ações Integradas.

Nos últimos 20 anos foram realizados vários estudos com o objetivo de analisar o programa como política pública (Souza, 2009; Viana, 2020; Peroni et al., 2007), como também seus processos de gestão (Mafassoli, 2017; Gomes et al., 2017; Carvalho et al., 2017; Silva et al., 2020). Mafassoli (2015) realizou uma análise dos 20 anos de implementação do PPDE e discutiu as influências e interferências do programa na gestão escolar e financeira, indicando pontos de destaque e fragilidade da referida política pública.

Um dos objetivos do PDDE envolve a descentralização de recursos e a possibilidade de a comunidade escolar promover ações para a melhoria da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica, o que impacta na autogestão da escola e em seus índices de desempenho, como indica Mafassoli (2015). Uma análise dos fatores identificados a partir da análise da literatura foram os seguintes:

a) **Capacitação** - dos agentes envolvidos no PDDE é um fator determinante para o bom desempenho da descentralização dos recursos financeiros e impacta em todos os processos de gestão;

b) **Gestão Participativa** - vários estudos destacam que o Programa possui um potencial para ampliar a participação dos agentes ligados à escola nos processos decisórios, o que colabora para a participação social por meio da UEx. Por outro lado, a gestão participativa é comprometida quando os processos de gestão, sobretudo a prestação de contas, não são conduzidos adequadamente;

c) **Controle Social e Gestão dos Recursos** - O repasse de recursos do PDDE anualmente às escolas depende de um conjunto de requisitos e um deles é a prestação de contas. Quando os processos de gestão de uma unidade executora não estão bem definidos e não há um controle social adequado do uso desses recursos, podem ocorrer problemas que impactam na prestação de contas. O PDDE foi criado com uma estrutura participativa de gestão, uma vez que sua estrutura organizacional envolve vários papéis e responsabilidades. Nesse processo, a gestão dos recursos deve ser compartilhada com a comunidade e nesse processo a atuação dos conselhos é fundamental;

d) **Autonomia** - sobretudo à financeira, e que para alguns autores essa autonomia é relativa ou parcial. A descentralização indica a possibilidade de a escola captar mais recursos, sobretudo porque as ações integradas do PDDE podem colaborar para ampliar os investimentos na infraestrutura física e pedagógica. A efetividade da gestão da Unidade Executora está intimamente relacionada com o conhecimento e o gerenciamento dos processos indicados no quadro 1, o que demanda a necessidade de potencializar a formação de gestores escolares sobre os processos de adesão, execução e prestação de contas do PDDE.

Outro ponto a ser destacado é a relação entre os fatores determinantes que podem afetar positiva ou negativamente os processos de gestão do PDDE e a necessidade dos agentes responsáveis pela concepção da política pública, assim como uma gestão escolar democrática, empreender estratégias de monitoramento e avaliação que contribuam para minimizar os problemas que podem afetar a efetividade da política.

4. Acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola

O acompanhamento dos gastos em programas governamentais é condição necessária para o bom desempenho de qualquer política pública. O PDDE determina linhas sistemáticas de avaliação, de registro, sistematização e divulgação, de maneira que se fortaleça e se amplie o alcance do Programa, na direção da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas de educação básica, nos termos propugnado pela LDB, bem como por meio da descentralização de

recursos para o alcance das finalidades educacionais previstas na Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 205, que preconiza a educação como um direito de cidadania e como um dever de Estado brasileiro.

De acordo com Gonçalves, Luz e Cruz (2004, p. 138), “elegu-se o PDDE como exemplo de política focalizada e pontual, que exemplifica as ações dos governos que adotaram a política neoliberal nos Estados contemporâneos”.

É importante destacar que o PDDE, de acordo com Peroni e Adrião (2007, p.51): (...) guarda profundas relações com o processo de reforma do Estado iniciado nos anos 90, uma vez que a definição das políticas públicas para a educação no Brasil, desde então, ocorre em meio ao processo de contenção de recursos financeiros na área social, sendo o PDDE parte de um conjunto de reformas no campo da educação para os países latino-americanos, articuladas com os interesses econômicos externos.

Atividades sistemáticas de observação, coleta e análise de dados para produção e difusão de informações sobre os insumos, processos, produtos, resultados e impactos de dado programa público (monitoramento) mostram-se indispensáveis para o contínuo ajustamento/aperfeiçoamento dos programas, melhor gerenciamento dos recursos disponíveis, correção de desvios, solução de problemas, reformulação de práticas, redefinição de estratégias de atuação, entre outros. (FNDE, 2020, pp.4-5)

Além disso, o monitoramento do PDDE, realizado pelo FNDE, envolve a delimitação de processos que auxiliem a avaliar a aplicação de recursos nas escolas de educação básica atendidas pelo programa, que é essencial para o gerenciamento dos processos de gestão e subsidiar a delimitação de ações que possibilitem a um “melhor gerenciamento dos recursos disponíveis, correção de desvios, solução de problemas, reformulação de práticas, redefinição de estratégias de atuação, entre outros. (FNDE, 2020, pp.4-5).

O monitoramento do PDDE é fundamental na avaliação da efetividade da política pública do governo federal e de acordo com Peroni e Adrião (2007, p. 3) o monitoramento dessa política pelo FNDE “(...) tem a função de otimizar o uso de recursos, como também ser um dos indicadores para a melhoria da qualidade da gestão escolar”.

O estabelecimento de ações voltadas para o monitoramento e avaliação de políticas públicas acontece pela necessidade de verificação sobre a implementação de uma determinada política, buscando identificar o atendimento de objetivos e metas, como também detectar determinados desvios quando houver. No caso do não atendimento de um determinado objetivo a gestão escolar como condutor da execução do programa deve buscar ações corretivas para ajustes e ações de melhorias para continuidade da implementação ou manutenção do PDDE na escola.

Em um estudo realizado no estado do Pará por Gomes, Lima e Ferreira (2017) foi constatado que o quantitativo de verbas repassadas para o estado do Pará encontra-se em queda constante, motivada pela inexecução da prestação de contas do programa, o que resulta na diminuição ou extinção do repasse de verbas. Os autores concluem que há uma necessidade de apuração no que tange à motivação pela qual está acontecendo o grande número de inexecução nessas prestações de contas para que esse quesito seja aperfeiçoado e se torne efetivo e benéfico para a gestão das escolas públicas paraenses.

Rodrigues e Ferreira (2018) analisam os recursos repassados pelo PDDE com o objetivo de identificar o papel da avaliação participativa como fator de sucesso para a continuidade do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), analisando a escassez de recursos. Os autores também apontam que o programa viabiliza uma avaliação participativa, mas que é prejudicada porque essa participação algumas vezes é imposta. Os fatores apontados no artigo que dificultam a avaliação participativa são: as dificuldades na implementação dos conselhos escolares, a baixa participação da comunidade, o aumento da carga de trabalho para cumprir as atividades exigidas para acompanhamento e validação das atividades escolares, a falta de entendimento das regras dos órgãos reguladores de cadastro como cartórios e Receita Federal.

Fragilidades relacionados à gestão do PPDE também foram encontrados no estudo realizado por Souza et al. (2017) numa escola do estado de Minas Gerais. O estudo tomou como base as atas e a prestação de contas referentes ao uso dos recursos no período de 2009 a 2013, e os resultados revelaram que as reuniões ocorridas nesse período abordavam mais aspectos técnicos e o maior problema envolveu a falta de transparência fiscal na gestão da unidade executora (UEX). Onde ressaltamos que um dos pontos de destaque no PDDE é o seu potencial para democratização da gestão escolar. Todavia, no estudo de Adrião e Peroni (2007) as autoras indicam que esse potencial é prejudicado pela baixa participação da comunidade na operação dos recursos repassados. Sublinhamos aqui a necessidade da transparência nas reuniões nas unidades executoras e para com a comunidade escolar, como um dos fatores imprescindíveis para a efetivação nos processos de adesão, execução e prestação de contas do PDDE e suas ações integradas.

Uma análise dos 20 anos de funcionamento do PPDE foi realizada de forma crítica por Mafassioli (2015). Com o objetivo de fazer uma análise histórica do programa, a autora discute as influências e as interferências do PPDE para os gestores, e aponta pontos de destaque e fragilidade da política pública. Os resultados indicam que a expansão do programa ocorreu devido ao aumento de investimento em políticas públicas na área da educação, como também por ser uma política que alcança a gestão e a autonomia da escola sem intermediários na liberação e aplicação dos recursos.

Por outro lado, a autora destaca a existência de fragilidades na implementação do PDDE, como, por exemplo, uma autonomia relativa, condicionada às próprias regras do programa, reduzindo o seu poder decisório, e a ausência da relação entre uma gestão escolar e financeira eficiente e uma gestão democrática e participativa, uma vez que os inúmeros procedimentos gerencialistas dificultam e enfraquecem as práticas de gestão democrática da gestão escolar. Para a autora isso ocorre porque o gestor escolar dedica grande parte do seu tempo às atividades burocráticas, o que acaba reduzindo sua capacidade de articular e viabilizar processos pedagógicos mais participativos que envolvam os vários segmentos da comunidade para a tomada de decisão.

O guia de atuação CECAMPE (FNDE, 2020) reforça a relevância do monitoramento na avaliação de problemas, obstáculos e ocorrências que podem comprometer os resultados esperados com a implementação do PDDE nas escolas, o que demanda a necessidade de definição de indicadores de avaliação, uma vez que “o conhecimento das falhas, fragilidades, desvios, fracassos e sucessos que ocorrem na implementação mostra-se indispensável para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e otimizar a aplicação dos recursos, contribuindo para que gerem os resultados esperados” (FNDE, 2020, p.8).

5. Conclusão

As análises realizadas indicam a Gestão Democrática Participativa, como um dos princípios do PDDE, sendo muito complexa, em função da complexidade do programa, de abrangência nacional, e que envolve atores sociais com valores, crenças e níveis de conhecimento diferentes em relação ao programa.

Além disso, a dinâmica da gestão escolar no Brasil também sofre influência de vários fatores institucionais, econômicos, políticos, sociais e culturais. Outro ponto de destaque nos resultados envolve a concepção de autonomia empregada pelo programa, uma política pública criada há mais de 25 anos e que tem colaborado na melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

Entretanto, os trabalhos apontam problemas por parte desses gestores escolares, motivo pelo qual se apresentam com dificuldades para planejar, monitorar, e, conseqüentemente, também lhes faltam o preparo para executarem, de forma satisfatória, o programa, situação que se agrava devido ao modelo organizacional no qual se encontram fundamentadas, marcado por uma pesada burocracia e pela submissão à regimentos jurídicos, por sua vez, cada vez mais rígidos e inflexíveis.

Esta pesquisa percorreu um caminho crítico, reflexivo e longe de qualquer manipulação de informações, destacando-se por sua relevância social, onde está fundamentada na contribuição no âmbito educacional, promovendo discussões e divulgações a respeito do tema, que ainda é tão tímido em publicações. O estudo aponta que uma “Gestão Democrática e Participativa” só tem a contribuir para a execução do PDDE nas escolas.

Com isso sugerimos outros estudos que se aprofundem no tema deste artigo. Assim como também, identificar outros fatores e dimensões que possam ser trabalhados, a fim de contribuir para que essa gestão escolar democrática e participativa que possa efetivar-se de fato, contribuindo na execução do PDDE.

Referências

- Brasil (1968). Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE*. <https://www.gov.br/fnde/pt-br>.
- Brasil. (1988). Constituição Federal do Brasil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. <http://www.planalto.gov.br>.
- Brasil. Ministério da Educação. (1995). FNDE *Resolução n. 12, de 10 de maio de 1995*. Dispõe sobre o PDDE.
- Brasil (1995). *Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE*. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde>.
- Brasil. (2021). *Apresentação, o que é? PDDE: Programa Dinheiro direto na Escola*. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde>.
- Brasil. (2021). *Medida Provisória nº 2.100-32, de 24 de maio de 2001*. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do PNAE, institui o PDDE, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. (5a ed.), Edições 70.
- Carvalho, N. J., & Mariotini, S. D. (2017). A função do PDDE: a gestão dos recursos financeiros destinados à educação básica. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, ed. 4, 332-49.
- Castro, A. A., & Clark, O. A. C. (2001). *Planejamento da pesquisa*. AAC, 01-15.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2020). *O fortalecimento do Programa Dinheiro Direto na Escola na Região Nordeste como estratégia para a gestão democrática e para a qualidade da educação* (Projeto Técnico). MEC.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.), Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.), Atlas.
- Gomes, D. C., Lima, J. C., & Ferreira, L. R. (2017). A gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola no Estado Pará. *Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade*, 8, UNAMA, 286-292.
- Gonçalves, F. W. A. S., Luz, L. X., & Cruz, R. E. da. (2004). O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional do Estado Contemporâneo. *Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, (18), 127-142.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Mafassoli, A. S. (2015). 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*. 5(12). <https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67555/38751>. doi:<https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67555>.
- Mafassoli, A. S. (2017). *Programa Dinheiro Direto na Escola. (re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995-2015)*. Tese em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (14a ed.), Hucitec.
- Mota, P. A. T., Dantas, C. W. M., Fernandes, L. S. L., & Dublante, C. A. S. (2021). Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação na escola. *Research, Society and Development*, 10(12), e374101220297. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20297>
- Oliveira, M. S. de., & Lima, M. F. (2015). Um estudo sobre o programa dinheiro direto na escola (PDDE) e a gestão das escolas públicas estaduais de Irati-PR. *[Anais...] XII Congresso Nacional de Educação*.
- Peroni, V. M. V., & Adrião, T. (2007). *Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?* Brasília: INEP. <http://www.dataescolaprojetos.inep.gov.br/documents/186968/484184/Programa+dinheiro+direto+na+escola+uma+proposta+de+redefini%C3%A7%C3%A3o+do+papel+do+Estado+na+educa%C3%A7%C3%A3o/f39b25b6-d796-45b2-b701-6ccc1bdf2296?version=1.2>.

Rodrigues, C. O., & Ferreira, L. R. (2018). O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Análise sobre a Avaliação Participativa em Escolas de Belém, Pará. *Anais do IX CODS - Colóquio de Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade – Reinvenções Organizacionais em Tempos de Transição*, v. 9, 54-67.

Silva, M. O, Passos., J. K. F., Carvalho, D. O., Oliveira, C. C. C., & Coelho, A. S. (2020). A sustentabilidade e o Desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola- Escolas Sustentáveis, em Aracaju, Sergipe. *Educação*, 45, 1-27.

Silva, G., & Santos, I. M. (2015). O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão gerencial na Educação Básica. *Dialogia*, (22), 47-67.

Souza, D. P. G., Silva, S. P. da., Barros, G. F., & Magalhães, A. P. (2017). Análise dos investimentos do programa “Dinheiro Direto na Escola–PDDE” na E.E Comendador Murta, em Itinga–Minas Gerais, no período de 2009 a 2013. *Educação, Escola & Sociedade*, 10(11), 63-86.

Souza, L. G. (2009). Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: Lordêlo, J., & Dazzani, M. V., (org.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. EDUFBA, 349.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

Viana, M. P. (2020). *O programa dinheiro direto na escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Paraná.